



## HISTÓRIA CULTURAL E SEMIÓTICA DA CULTURA:

### Um Diálogo Possível

## CULTURAL HISTORY AND CULTURE SEMIOTICS:

### One Possible Dialogue

Regma Maria dos Santos<sup>1</sup>

#### Resumo

Pretendemos expor neste texto as possibilidades das abordagens documentais e de pesquisa para a produção do conhecimento histórico, numa perspectiva da história cultural e do método semiótico, conforme os postulados de uma semiótica da cultura. Retomando a discussão do fazer histórico numa perspectiva positivista que considera o documento histórico como expressão da verdade, até chegar ao método indiciário ou semiótico para as ciências humanas, conforme as formulações de Ginzburg, propomos evidenciar o método semiótico como capaz de nos permitir “ler”, “decifrar” os sinais, indícios, signos e produzir o conhecimento histórico.

**Palavra-chave:** História cultural; semiótica da cultura; sinais; método

#### Abstract

In this text we intend to show the possibilities of approaching documents and researching to produce a historical knowledge whose perspective follows the cultural history and semiotic method, according to the culture semiotics postulates. We retake the discussion on the positivist historical making which takes the document as the expression of truth till we reach the index method for the human sciences, following Carlo Ginzburg formulations. By doing so, we propose to put the semiotic method into evidence as able both to allows us to “read”, “decipher” signals, indexes, signs and to produce historical knowledge.

**Key words:** Cultural History; Culture Semiotics; signals; method

---

<sup>1</sup> Prof.<sup>a</sup> do Curso de História da UFG em Catalão-GO. Prof.<sup>a</sup>. colaboradora do Mestrado em Teoria Literária da UFU. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Autora dos livros *Memórias de um plumitivo* (Aspectus, 2005) e *Foto(gramas)pequenos ensaios e textos sobre cinema e memória* (Aspectus, 2008). Organizadora do livro *Brevidades - crônicas de Lyídio Paes* (Educ/Oficina do Livro 2002). E-mail: [regma.santos@gmail.com](mailto:regma.santos@gmail.com)





Ao nos defrontarmos com a questão da produção do conhecimento e sua elaboração, passamos a nos situar diante de questões epistemológicas que se referenciam na própria concepção de história enquanto modelo de saber.

Ancorado nos preceitos básicos e procedimentos das ciências naturais, o positivismo define como método de estudo das ciências humanas e principalmente da história a seleção de documentos para a elaboração e construção dos fatos. Posteriormente são definidas as leis gerais que poderiam ser obtidas através desses mesmos fatos.

Portanto, para o positivismo, o historiador deveria ser imparcial, neutro, não se colocar com fervor crítico diante do documento, mas apenas falar pôr ele. Quanto mais fiel fosse o historiador ao conteúdo do documento e à construção do fato, mais estaria garantida a objetividade e a veracidade histórica. Acreditava-se desta forma fazer jus ao espírito científico predominante no pensamento epistemológico do século XIX.

O marxismo, que se constitui nesse mesmo século como paradigma na produção de conhecimento, parte de bases sólidas, como a noção de princípio fundante que seria a produção material da existência humana, para redimensionar o próprio conceito de ciência que se formava.

Ao estabelecer como método de análise o princípio dialético, Marx realiza um estudo das relações sociais e da economia, estabelecendo então a determinação do aspecto econômico na transformação e mudança da sociedade. Isso significa que para Marx a produção do conhecimento tem um caráter objetivo. Disto resulta que sua concepção de história se liga à ciência enquanto produção da verdade já que no método dialético os conceitos e as categorias (como luta de classes, ideologia, dentre outros) e a visão empírica do real confirmariam esta cientificidade que num esquema mais amplo levaria a sociedade a atingir o socialismo e posteriormente o comunismo, ou seja, possibilitaria proceder de um modelo à uma ação - daí a noção de sujeito histórico.

Portanto, o marxismo nega, através dessas considerações, o caráter neutro e imparcial do historiador como querem os positivistas. Pelo contrário, Marx atribui aos historiadores um papel primordial na transformação da realidade.





No entanto, percebemos que as concepções de documento, e mesmo a questão da “veracidade” destes, cuja preocupação é primordial para os positivistas, não é tomada como ponto de discurso por Marx. De certa forma, estas considerações serão efetuadas por historiadores franceses pertencentes à chamada “Escola dos Annales”. Marc Bloch, um dos fundadores dessa escola pondera que tudo aquilo que se referir ao fazer, ao pensar, ao sentir, ao refletir o homem deve ser estudado e visto como documento que o situa como ser histórico.

A partir dessas considerações, mais recentemente a “Escola Nova” francesa nos indicará que pensar a história na contemporaneidade consiste em localizá-la sob os aspectos dos novos objetos, dos novos problemas e das novas possibilidades documentais. Os suportes da memória não se resumem hoje, ao que foi considerado predominantemente pelo positivismo como documentos oficiais, que davam conta de atestar a veracidade da história, ou melhor, dos fatos históricos.

A documentação oficial é hoje também relativamente aceita, pois sabe-se que não somente ali está o processo que desencadeou as mudanças, as transformações, e os novos rumos da história.

O marxismo permitiu-nos pensar que os sujeitos da história não eram apenas aqueles que ocupavam os cargos de poder, mas havia o outro lado da história que estaria ainda submerso, não escrito ou revelado.

Através dessa concepção, outras fontes documentais deveriam ser buscadas para a construção da história dentro de uma visão dialética. No entanto, essas fontes eram buscadas em setores oficiais ou instituídos, como partidos políticos, sindicatos e outros órgãos que expressassem e documentassem a experiência da classe trabalhadora.

Os historiadores franceses elaboram, então, uma nova atitude com relação à produção da história, ou melhor, com relação à documentação e aos suportes da memória histórica. A ampliação dessa visão baseia-se fundamentalmente no fato de que tudo que é produzido pelo homem no seu cotidiano expressa uma forma de ver o mundo e agir nesse mundo. Então não são somente atos legislativos, correspondências oficiais, memorandos e





outros documentos do poder instituído dão conta de revelar a história dos homens em sociedade.

Sabemos das críticas que se fazem a essa concepção que aparentemente facilita o trabalho do historiador ao colocar-lhe à disposição outras referências documentais nem sempre consideradas autênticas ou representativas do contexto em que foi situada, no entanto, não se pode deixar de admitir que esta postura flexível com relação à documentação tem se revelado imprescindível para se perceber a complexidade dos signos que irrompem com a sociedade contemporânea.

Pierre Nora ao ponderar sobre essa questão considera a história contemporânea como “filha degenerada” de uma história mais nobre, mas afirma que nunca se viu viver o presente como já possuído de sentido histórico como agora. Isto equivale na sua opinião ao desenvolvimento nas sociedades industriais dos meios de comunicação de massa.

Hoje, de acordo com Nora, quem faz e determina o que é o acontecimento não é mais o historiador e sim o jornalista, promovendo o vivido em história. De acordo com esse historiador, isso equivale a dizer ainda que há um redimensionamento na própria noção de acontecimento - entendido pelos positivistas como relacionado às questões sociais, políticas e econômicas, mas que hoje se mistura com o fato cotidiano considerado antes trivial, tratando em geral de questões individuais, familiares, de pequenos grupos.

Pierre Nora (1979) considera também que a sociedade contemporânea cria a partir dessa pretensa democratização da informação a noção de que este saber deve se refletir em algum tipo de poder. É por esse viés que a massa exige que o jornalista que produz a história imediata acrescente ao acontecimento o fato cotidiano, e assim modifique o seu sentido.

O papel do historiador é, portanto, o de se apropriar dessas elaborações, entendê-las e interpretá-las através de um duplo eixo onde se cruzam, nessas informações acontecimentais um sistema formal e um sistema de significação que ai se revelam.

Justamente ai se estabelece a relação fundamental entre os produtores dessa história imediata, que são os jornalistas e os historiadores que dela se valem na elaboração e





produção do conhecimento. Partindo desse pressuposto faz-se necessário avaliar a atual situação do historiador.

De acordo com Brook Williams, o historiador tem se recusado a realizar uma prática “auto-reflexiva”, isto é, o historiador reflete sobre seu objeto de análise, mas não auto-analisa seu produto, nem a sua relação com o conhecimento elaborado historicamente. Desta crítica podemos partir para considerações que nos levam a pensar a imprensa e, mais incisivamente, o jornal como meio utilizado atualmente pelos historiadores em suas pesquisas e investigações. Realizam-se trabalhos que contam a história da imprensa, a história do jornal ou do jornalismo brasileiro, temas específicos enfocando principalmente aspectos políticos e ideológicos, no entanto, tem-se evitado o diálogo com suporte no sentido de perceber outras dimensões sógnicas expressas no jornal .

Entendendo que o jornal é o suporte onde linguagem e escrita incisivamente se encontram, Benjamin nos coloca que: “essa dimensão mágica, se se quiser - da linguagem e da escrita não se desenvolve isolada da outra dimensão, a semiótica. Todos os elementos miméticos da linguagem constituem uma intenção fundada, isto é, eles só podem vir a luz sobre um fundamento que lhes é estranho, e esse fundamento não é outro que a dimensão semiótica e comunicativa da linguagem. “ ( Benjamin,1985: 12)

Williams coloca que a indisposição dos historiadores para com a semiótica resulta na preferência em praticar história a teorizar a respeito, pois a semiótica proporia uma prática associada à reflexão metódica. Por outro lado, havia também a impressão de que na década de 1980 a semiótica:

fundava-se em uma teoria dos signos que derrubaria por terra a tentativa de um historiador de ler os signos de outros tempos como sendo criticamente verificáveis por uma comunidade de pesquisadores. Os historiadores ortodoxos preferiam sua própria audiência disciplinar composta de um pequeno número de especialistas, que apreciava a astúcia dos feitos abduativos que pareciam aos historiadores estar além do alcance explicativo da semiótica.(Williams, 1990:12)





Alguns historiadores consideram essa possibilidade, como cita a própria Williams com relação a J. Bouswsma : “ a historiografia precisa dar uma guinada em direção a uma compreensão da história como sendo precisamente a transmissibilidade antropossemiótica da cultura, na qual o seres humanos não são meramente produtos, mas também agentes da cultura ou ‘significado’ e, daí, produtores criativos de signos e de sistemas sígnicos.”(Williams, 1990:14)

Opondo-se a uma visão meramente glotocêntrica, Williams considera que “o que os historiadores nos anos 80 resistiram, foi a uma semiótica na qual a historiografia seria reduzida a um subsistema de signos lingüísticos constituindo seu objeto, ‘o passado’, de acordo com regras que pertenciam à prisão da linguagem ‘habitada’ pelo historiador.” Ao mesmo tempo sugere esta autora que “uma alternativa teórica viável é romper a barreira - realista-idealista filosófica que obstrui o desenvolvimento da historiografia, através do alinhamento da própria historiografia com o paradigma cambiante dentro da semiótica.”(Williams,1990:18).

Outra questão que não pode mais ser ignorada, de acordo com o historiador Ciro Flamarion Cardoso, é a multiplicação dos códigos de comportamento sociais advindos da Revolução Industrial . Este historiador considera que “no século XX, a mecanização e a automatização da produção, a computação eletrônica, os meios de comunicação de massa, abriram caminho a que o homem fosse visto como estando sujeito a uma instrumentação, a estruturas supra-individuais. Por fim, a atitude intelectual que valorizava em forma exclusiva o verbal e o escrito foi superada, permitindo que fossem percebidos numerosos sistemas sígnicos não-lingüísticos.”(Cardoso, 1988: 62). Acreditamos, pois, que essa percepção deve nos levar a considerar também os métodos e as formas pelas quais mesmo os signos verbais eram analisados.

Em decorrência desse pensamento, este autor coloca que o estudo das programações e codificações sociais dispõe de metodologias e estratégias de pesquisa adequadas, ou seja, a semântica e a semiótica. Cardoso considera que a relação tradicional dos historiadores com os documentos escritos busca explorar seu conteúdo informativo ou





sua dimensão discursiva, acreditando haver entre esses uma correspondência homóloga entre o conteúdo e a ideologia do autor. Essa abordagem pode não dar conta de outros aspectos relativos à produção artístico-literária expressa até mesmo num meio de massa como o jornal, pois necessariamente o artista não está vinculado cegamente à uma ideologia e nem sempre é possível perceber os elementos retóricos utilizados para encobri-la.

Carlo Ginzburg(1984), ao apresentar para a recente discussão historiográfica a importância dos sinais, ofereceu-nos um instigante estímulo para pensar na capacidade do historiador para lidar com o miúdo, o pequeno, o ínfimo e através das conjecturas atingir uma dimensão ampla de conhecimento.

Chamando de paradigma conjectural essa forma de compreensão da realidade à partir de sinais, Ginzburg constrói uma referência que contrapõem-se diretamente à opção tendencialmente evidente na historiográfica de partir da análise de grandes teorias e conceitos para olhar um determinado objeto, uma determinada realidade.

A discussão sobre a relação microscópica ou telescópica da história tem gerado debates e impelem-nos a considerá-las como inseparáveis e inclusas.<sup>2</sup> Não podemos prescindir de nenhum desses instrumentos se quisermos efetivar uma prática histórica coerente com o que nos têm ensinado os historiadores contemporâneos.

Mas como dar conta de tal amplitude, como abordar um objeto microscopicamente e relacioná-lo à uma dimensão telescópica, sem perder sua referência?

Amálio Pinheiro considera sob esse aspecto que:

Desconhecer a incidência mútua entre o macro e o micros social acarreta, no plano político, não se levar em conta, entre opressores e oprimidos, como se tolhe, onde se mutila, em pontos cruciais é afetada, corrompida e inovada a comunicação interindividual/grupal/de classe; no plano da obra (também social e político), implica não se dar conta das plurais dimensões do presente que a

<sup>2</sup> Eric Hobsbawm afirma que: “Não há nada de novo em escolher olhar o mundo por um microscópio, ao invés de um telescópio. Na medida em que concordamos que estamos estudando o cosmo, a opção entre o microcosmo e o macrocosmo é uma questão de escolha da técnica adequada. É significativo que um maior número de historiadores atualmente considere o microscópio muito útil, mas isso não significa necessariamente que rejeitem o telescópio como coisas ultrapassadas.” (Hobsbawm,s/d: 45)





abarcam, multivivenciais, que se estendem desde o repetitivamente automatizado até regiões onde o texto entretece agrupamentos de pulsões não ainda traduzíveis em palavras duplamente articuladas... (Pinheiro, 1994 :72)

Procuraremos evitar as dimensões dicotomizantes que tendem a separar o conhecimento em módulos estanques e irrelacionáveis.

Edgar Morin já ofereceu reflexões suficientes sobre a possibilidade de observar a realidade com outros parâmetros. De acordo com esse pensador, o paradigma cartesiano separa o sujeito do objeto, situando cada um destes numa esfera própria, criando uma disjunção que determina conceitos soberanos e prescrevendo uma relação lógica. Morin afirma:

A não obediência a esta disjunção só pode ser clandestina, marginal, desviante. Este paradigma determina uma dupla visão do mundo, faz dele um desdobramento do mesmo mundo: por um lado, um mundo de objetos submetidos à observação, experimentações, manipulações. Por outro lado, um mundo de sujeitos que colocam a si próprios problemas de existência, de comunicação, de consciência, de destino. (Morin, 1992:196)

A separação entre sujeito e objeto, alma e corpo, espírito e matéria, sentimento e razão, qualidade e quantidade, existência e essência, história e cotidiano é, pois, o resultado de uma prática que afeta o mundo contemporâneo, e tem reflexos não somente na forma como compreendemos o mundo, mas também como agimos nele.

Ao separarmos-nos do que vivemos objetivamente, deixamos de pensar nas marcas presentes de nossa subjetividade. Assim também é a história, desvinculá-la do cotidiano é torná-la violentamente estéril.

Para além das considerações de Edgar Morin que nos deixam a vontade para selecionar como objeto algo próximo de nós, que se relacione diretamente com nossa atividade cotidiana e faça parte de uma atitude de escolha não arbitrária ou imposta, é preciso pensar nas implicações metodológicas desse tipo de estudo.

Precisamos aprender com outras áreas do conhecimento a olhar o nosso objeto sem perdê-lo num infinito de referências que tendem a diluí-lo. Nesse sentido, a Semiótica da





Cultura<sup>3</sup>, é o campo de conhecimento que permite ao historiador olhar microscopicamente e telescopicamente o seu objeto de pesquisa.

A Semiótica da Cultura oferece-nos como ponto de partida a possibilidade de entender a variedade documental que o historiador dispõe hoje para a pesquisa, como um *texto cultural*, no qual o que interessa não é somente o signo, mas a textura. Esse dado implica em não apenas olhar o conteúdo como expressão de uma temática, mas observar também a própria forma revelando especificidades que dialogam com o espaço e com outras formas textuais presentes nesse lugar de produção, ou seu suporte, e fora dele. De acordo com Norval Baitello Jr. O texto da cultura se constrói “na operação interativa entre seus componentes subtextuais, no diálogo entre signos e dos signos com seu próprio percurso histórico”. ( Baitello Jr., 1997:42)

Para a Semiótica da Cultura não interessa o signo em sua dimensão sincrônica e atemporal, mas a perspectiva histórico-diacrônica do texto cultural, que realiza um permanente diálogo com outros textos, com o não-texto, consigo próprio, em outros tempos.

Podemos considerar que estaremos assim afinando os nossos instrumentos, sejam eles microscópicos ou telescópicos, para o olhar o nosso objeto e com ele dialogar. Essa relação de tensão entre o dentro e o fora é que nos permitirá traçar algumas reflexões sobre os temas da cultura caros ao historiador contemporâneo.

Nesse momento podemos considerar então, é que se cruzam as inúmeras possibilidades documentais e de pesquisa para a produção do conhecimento histórico, numa perspectiva da história cultura e o método semiótico, conforme os postulados de uma semiótica da cultura.

Ao afirmar a importância do método indiciário ou semiótico para as ciências humanas, Ginzburg considera que deve haver um rigor flexível, levando-se em conta que

---

<sup>3</sup> Algumas referências teóricas sobre Semiótica da Cultura podem ser encontradas em: Prevignano, C. (Org.). *La semiotica nei paesi slavi*. Milano, Feltrinelli, 1970. Lozano, Jorge.(Org.) *Semiótica de la cultura*. Jurig M. Lotman y Escuela de Tartu. Madri: Ediciones Catedra. Bystrina, Ivan. *Tópicos de Semiótica da Cultura*. Trad. Norval Baitello Jr e Sônia B. Castino. PUC-SP, Maio de 1995.





“ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.

Ao usar o termo intuição, como sinônimo de processos racionais, Ginzburg considera que é necessário distinguir entre uma intuição baixa e uma intuição alta. Para o autor, a intuição baixa está arraigada nos sentidos, não tendo nada a ver com os irracionalismos dos séculos XIX e XX. Essa intuição é patrimônio dos bengaleses, dos caçadores, das mulheres, e podemos dizer novamente, dos índios, caboclos, sertanejos. É o que une estreitamente o animal homem a outras espécies animais.”(p.179) E eis que novamente Ginzburg aproxima natureza e cultura.

O método de conhecimento não deve menosprezar esses componentes, mas deve oferecer condições de percebê-los em relação, e separadamente. Porque a história do homem é a história de sua relação de dominação, de dependência, de contato e de criação com a natureza. O método semiótico é uma forma possível para se “ler”, “decifrar” e se produzir o conhecimento sobre essa relação.

### Referências:

- BAITELLO JR., Norval (1985). O animal que parou os relógios. São Paulo: Annablume.
- BENJAMIN, Walter (1985). A doutrina da semelhança. In: *ObrasEscolhidas*.Vol.1., São Paulo: Brasiliense.
- GINZBURG, Carlo(1984). Sinais: Raízes de Um Paradigma Indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras.
- GINZBURG, Carlo(1988). *Os Andarilhos do Bem*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras.
- GINZBURG,Carlo(1984). Sinais: Raízes de Um Paradigma Indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras.
- GINZBURG,Carlo(1991). A Micro-História e outros ensaios. Trad. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GINZBURG,Carlo(1987). O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. São Paulo: Companhia das Letras.





- HOBBSAWM, Eric. O Ressurgimento da Narrativa: alguns comentários. Trad. In:  
*RH – Revista de História*, n. 2/3, Campinas-SP: Gráfica IFCH/Unicamp, p.39-46.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda(1994). Caminhos e Fronteiras. 3ª ed. São Paulo:  
Companhia das Letras, 1994.
- LEVI, Giovanni Levi(1992). Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A Escrita da  
História: Novas Perspectivas*. Trad. São Paulo: Ed. Unesp.
- MARX, Karl.(1984) A Acumulação Primitiva de Capital. In: *O Capital*. Livro 1, Vol.2. São  
Paulo: Difel.
- MORIN, Edgar. O método. Vol. IV. Trad. Emílio Campos Lima. Lisboa: Europa-América, 1992.
- PINHEIRO, Amálio. Aquém da Identidade e da Oposição: Formas na cultura mestiça. Piracicaba:  
Unimep, 1994.
- STONE, Lawrence. O Ressurgimento da Narrativa Reflexões Sobre uma Nova Velha História. Trad., In:  
*RH – Revista de História*, n.2/3, Campinas-SP: Gráfica IFCH/Unicamp, p.13-37.
- VAINFAS, Ronaldo(1997). História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion  
e VAINFAS, R.(ORGS). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro:  
Campus.

Texto recebido em 13 de fevereiro de 2011

*Text received on February 13, 2011*

Texto publicado em 31 de março de 2011

*Text published on March 31, 2011*

